

O objetivo da educação teológica

por Lindolfo Weingärtner

(Conferência realizada em um simpósio da ASTE, em 1-7-1963, S. Paulo)

Como luterano tenho quase a obrigação moral de iniciar o meu trabalho com uma *tese*. . . Antecipando, assim, o resultado de minhas reflexões, o que apresento aos irmãos é uma frase bem simples, tão simples que preciso solicitar de antemão de não a tomarem por ingênua — devido a aparente tautologia que contém: — *O objetivo da educação teológica é a formação de teólogos*. Com outras palavras: O objetivo da educação teológica é a iniciação de jovens cristãos no trabalho e no pensamento teológicos. Sei que esta formulação poderá ser imediatamente contestada por uma afirmação que aparentemente contém uma alternativa: “O objetivo da educação teológica é a formação de ministros”. Para podermos esclarecer devidamente esta questão, será preciso analisarmos e desdobrarmos a tese inicial, procurando definir antes de tudo o que seja teologia, para depois situá-la no lugar que lhe compete na igreja, e esclarecer, qual seja a sua legítima função. Tendo em vista que nosso tema é de índole fundamental e que não visa resultados de caráter pragmático, julgamos interpretar bem a intenção da comissão que preparou o temário para o presente simpósio.

O que é teologia? É óbvio que não temos em mente uma definição etimológica (O termo foi usado por Platão e Aristóteles como sinônimo de mitologia — e no tempo dos Césares romanos na Ásia Menor eram chamados “teólogos” os funcionários do culto oficial que serviam de oradores oficiais em solenidades públicas. . . cf. artigo THEOLOGIE em EVANGELISCHES KIRCHEN-LEXIKON). Evidentemente para nós teologia não se apresenta como fenômeno da história das religiões, mas como função da igreja de Jesus Cristo. Não será nada que se assemelhe a uma doutrina geral acerca de Deus — ou uma filosofia sacra — também não será uma coletânea de saber histórico e dogmático. Teologia será antes um esforço metódico que visa a compreensão da revelação de Deus em Cristo. Este esforço é caracterizado por sua componente racional e intelectual: *Fides quaerens intellectum* (ou, se assim quisermos, *intellectus quaerens fidem*). Toynbee definiu teologia como “o monumento de um encontro entre intelectuais e missionários”. Cumpre acrescentar, porém, que no teólo-

go cristão o “intelectual” e o “missionário” não se apresentam como duas pessoas distintas, mas sim, representam duas realidades dentro da mesma pessoa, realidades que se mantêm em constante diálogo. A finalidade dêste diálogo não é a adaptação da fé a um esquema racional, nem a obtenção de argumentos apologeticos. Ela decorre antes da natureza da própria fé cristã, que não é uma fé cega, mas que pressupõe lucidez do espírito, reflexão e decisão responsável. Crer também implica “pensar na presença de Deus”. As igrejas provenientes da Reforma sabem por dolorosa experiência que é perigoso seguir cegamente a uma instância humana que julga possuir o monopólio de um “magistério infalível”, cujos pronunciamentos bastaria explicar por meio de formulações doutas. A falta de uma teologia responsável (não a uma instância humana, mas a Deus), o término do esforço constante pela compreensão da revelação de Deus em Cristo, uma tarefa que se renova de geração em geração, deverá necessariamente criar um vácuo que em breve será ocupado por uma teologia errada, de efeitos catastróficos para a igreja. Não há, pois, alternativa para o trabalho teológico, que não resulte em perda para a igreja. A igreja que permite o atrofiamento do carisma teológico, cêdo sofrerá as conseqüências.

O estudo teológico não se pode dar por satisfeito com o armazenamento de conhecimentos — se bem que conhecimento e saber sejam elementos indispensáveis (*know what* e *know how*). O verdadeiro alvo do trabalho teológico antes se nos apresenta como estabelecimento de critérios (não de preconceitos) que nos capacitam de interpretar o evangelho, a demonstrá-lo em sua pureza, e delimitá-lo de elementos estranhos. É conhecida a palavra de Lutero que “um teólogo se conhece pela sua capacidade de distinguir lei e evangelho”. Além do *know how* teremos, pois o *know why*, e julgamos que os dois primeiros serão elementos inúteis, se lhes faltar o terceiro. Critério está relacionado com crítica. Teologia que não fôsse crítica, deixaria de ser teologia. Constatamos, pois, que a igreja em seus seminários e escolas de teologia educa os seus próprios críticos, pois a crítica teológica não se volta apenas para o mundo, mas está essencialmente voltada para a própria igreja, para sua doutrina, sua pregação, sua prática. Para evitarmos equívocos, constatemos que os seus critérios não se baseiam em premissas filosóficas, racionais ou ideológicas. O teólogo não se aproxima de fora da realidade da igreja, de um campo científico, supostamente neutro e objetivo. Ele não vem com critérios prontos (que assim equivaleriam a preconceitos). Seus critérios se formam, enquanto lida com os documentos da revelação, enquanto os pesquisa na presença de Deus. Assim os seus argumentos serão conformes ao sentido essencial, ao escôpo e centro da Escritura. Crítica representa um elemento indispensável da *oikodomé* (qual seria o aspecto da casa que fôsse construída por um engenheiro sem espírito crítico!), e sendo legítima, não visa a destruição, mas sim a edificação da igreja de Cristo. Será evidente que a crítica teológica não visa a própria revelação, mas

unicamente as formas humanas em que tal revelação se nos apresenta. A sua fôrça impulsora não é de natureza científica, mas sim teológica. Método e instrumentário científicos, usados em analogia com os princípios estabelecidos na ciência secular, não representam um fim em si mesmo, mas são de caráter instrumental. É importante que não deixemos dúvida quanto a êste princípio, ao tratarmos da tarefa central do teólogo, da interpretação das Escrituras. O hermeneuta cristão não se assemelha ao mullah maometano, que interpreta o Alcorão como um "livro caído do céu". Sua atitude para com a Escritura Sagrada também não é idêntica à do escriba judaico, do *grammateús*, que interpreta o "*grámma*" (Rom. 7,6; 2. Cor. 3,6) que conforme Kaesemann representa uma forma específica de *grafé* — escritura isolada do Espírito, que não é compreendida nem interpretada conforme a intenção do Espírito. Acrescenta Kaesemann que o Novo Testamento não exige obediência *cega* à Escritura, mas sim "*sehenden Gehorsam*" — obediência lúcida — a atitude própria do filho que conhece coração e vontade do pai, e que assim é capacitado de agir motivado pelo amor. (João 5,39: *ereunâte tàs grafás*: examinai as escrituras:

Se "*grafé*" fosse uma coleção de dogmas inequívoca, não haveria necessidade de exame.

Se tal exame tem a pretensão de ser levado a sério, só poderá ser feito com o instrumento que *hoje* temos a disposição. Não podemos "examinar as escrituras" hoje como se vivêssemos no tempo de Santo Agostinho, Lutero ou Calvino. Os textos originais se nos apresentam hoje de uma forma muito mais nítida; foi feito um imenso trabalho científico que levou a resultados exegéticos que forçosamente implicam uma compreensão nova não só de detalhes periféricos, mas também de partes fundamentais da Escritura. Julgamos que êste fato represente uma dádiva de Deus para nosso tempo. Temos um interesse teológico no emprêgo *responsável* do método histórico-crítico — uma vez porque não seria compatível com a concepção cristã de "verdade" quereremos esconder o livro sagrado, transformando-o em tabu e tornando-o inacessível — e suspeito — ao intelecto humano, e outra vez será benéfico ao próprio esforço teológico que com todos os meios e com tôda a sagacidade a disposição do homem moderno se esclareçam a situação espiritual, sociológica, política (i. e. a situação histórica) do tempo em que sacerdotes, profetas, apóstolos e seus discípulos deram o seu testemunho acerca dos grandes feitos de Deus. Se neste testemunho encontrarmos vestígios de um contato (ou de conflitos) da mensagem profética ou do evangelho com filosofias (p. e. o estoicismo), religiões (cultos de mistério), ideologias (gnosticismo) e heresias (docetismo), tanto mais plástico se nos apresentará a mensagem bíblica, ou, quiçá, a teologia contida na bíblia. Para exemplificarmos: Pelas cicatrizes que remaneceram como vestígios da luta do apóstolo Paulo, verificaremos que sua teologia foi viva, não consistia de malabarismos intelectuais infrutíferos, mas que ela o capacitava de entrar em contato com os poderes espirituais de seu tempo, de dar-lhes combate "à esquerda e

à direita” — isto é, na defesa e no ataque (2. Cor. 6,7). Para compreendermos os argumentos de Paulo, precisamos conhecer os seus adversários e as suas doutrinas, o que por sua vez requer pesquisa, pesquisa histórica, científica — que tem por objeto a realidade contemporânea do grande apóstolo dos gentios. Este trabalho crítico, do qual não se deve subtrair nem uma página da Sagrada Escritura, poderá ter o aspecto de uma dissecação irreverente, e, quando feito sem o objetivo de servir ao Senhor da Escritura, poderá acabar mesmo em “necropsia”, transformando a Bíblia em um conglomerado de elementos heterogêneos e desconexos, relativando os conceitos nela emitidos e fazendo dos evangelhos mais outro documento da intrigante história religiosa da humanidade. Mas o fato de a Escritura oferecer a possibilidade de uma “interpretação descrente” deve ser encarado como fazendo parte de sua própria natureza. Ela compartilha esta “forma de ser” com Jesus Cristo que também não foi aceito como Senhor por todos que com êle tiveram contato. É o verdadeiro distintivo da humanidade de Jesus que o segrêdo de sua pessoa só é acessível à fé. A bíblia compartilha desta sua humanidade. Mas a Escritura Sagrada não necessita temer a crítica histórica (já que não é apenas “gramma”, mas sim testemunho vivo de Jesus Cristo). De algum modo ela própria pressupõe a atitude crítica dos leitores, pois retrata os discípulos como céticos (Tomé pede provas históricas, os onze consideram a mensagem da ressurreição como “léros” cf Luc. 24).

Esta atitude normal do homem perante a revelação ilustra apenas que êle não é capaz de crer por suas próprias forças — que FÉ é sempre MILAGRE — obra e dádiva do Ressurgido. O *locus classicus* do Novo Testamento que vem em abono do que afirmamos é a história dos dois discípulos de Emaús, em Lucas 24. Os dois discípulos nos são apresentados como céticos, críticos, desiludidos. Ouviram a mensagem por intermédio de testemunhas oculares, tiveram oportunidade de examinar o túmulo vazio — e mesmo assim não creem. Cristo lhes abre os olhos, abrindo-lhes a Escritura. “*Kai apó pânton tōn prophetōn dierméneusen autois en pásais tais grafais tà peri heautou*” (v. 27). “*Dierméneusen*”: êste é o têrmo do qual se deriva hermenêutica! Cristo é o hermenêuta de tôda a Escritura. Só com esta premissa o pesquisador histórico-crítico se transforma em teólogo, que por sua vez é capaz de exegesar tôda a Escritura (O têrmo “exegounto”, empregado no vers. 35, ilustra êste fato no caso dos dois discípulos). Aqui transparece claramente que a coerência racional do homem, que seu espírito crítico não impossibilitam a revelação. O “não dar crédito a qualquer espírito” (1. ep. de João, 4,1) até pode ser considerado premissa para a fé em Cristo. A alternativa resultaria em credence.

O método histórico-crítico apenas se torna problemático, quando se tornar “autosuficiente”, quando, no manuseio científico dos evangelhos nos negarmos a ouvir o único hermenêuta capaz de nos abrir as Escrituras, de nos levar ao seu centro, de nos demonstrar a história como “*Heilsgeschichte*”. Desta forma o re-

sultado de nossa pesquisa poderia ser cientificamente incontestável, mas não seria interpretação da Palavra de Deus. Contudo o abuso não exclui o uso. A educação teológica em nossa época não poderá dispensar o uso do método histórico-crítico — porque não devemos tratar de viver fora de nosso século. E julgamos que foi Deus, o Pai de Jesus Cristo, que nos colocou no século XX — e não um demiurgo malevolente. Mas simultaneamente deveremos estabelecer os limites e delinear a função do método histórico-crítico. Um método de trabalho que não fôsse crítico para consigo mesmo, deixaria de ser científico. Não serviria mais a verdade objetiva, pois um critério que não é disciplinado e corrigido constantemente pela realidade de seu objeto, não poderá ser “objetivo”. Constatamos, pois, mais uma vez, que a teologia não só é crítica para com o mundo, a igreja, a Escritura — mas — last not least — para consigo mesma — que é essencialmente autocrítica. Como todos os carismas existentes na igreja de Cristo, o carisma crítico de teólogo deve ser disciplinado constantemente pelo doador de qualquer carisma — o Senhor da Igreja. Se um descrente alegar que assim nosso critério deixa de ser objetivo, por estar condicionado a uma relação preestabelecida, responderemos que um “objetivismo” que abstrai de Deus e de sua revelação em Cristo, automaticamente terá por conseqüência resultados subjetivos, por partir de premissas relativas, tomadas por absolutas. Deve ficar patente que teologia não dispensa a lógica, mas que é lógica teológica — que não argumenta no vácuo, mas sim na presença de Deus. É pois muito “lógico” que qualquer discussão ou diálogo entre um teólogo cristão e um descrente não permanecerá no plano científico neutro, mas levará ao terreno do testemunho, da proclamação do *kérygma*. Se, de acôrdo com Toynbee, teologia é o monumento de um encontro entre intelectuais e missionários, o teólogo se acha capacitado para êste diálogo, pois êle já conhece os argumentos da descrença, sofreu o seu impacto, expondo o seu espírito ao contato com o mundo. Êle é capaz de tomar a sério o seu parceiro descrente, de compreendê-lo, pois o diálogo da fé com a descrença é o seu verdadeiro ofício, e é um diálogo existencial que constantemente se realiza dentro de seu espírito. Esta natureza “dialógica” da teologia implica a necessidade de o teólogo em formação conhecer opiniões divergentes, de entrar em contato com filosofias, ideologias, heresias — e de aprender a usar a linguagem filosófica e científica, para que a sua mensagem não resulte em monólogo. (O evangelho, aliás, foi proclamado a um mundo que já soube falar. Não foi criada uma língua sacra especial para êle). Isto significa que no estudo teológico reconhecemos a necessidade de opiniões divergentes, de discussões, polêmicas e demais manifestações do “*fides quaerens intellectum*” e vice-versa. É óbvio que isso pressupõe um ambiente de liberdade e espontaneidade que não antecipa os resultados do trabalho teológico, dando-lhe a exclusiva função de provar o que já se sabe de antemão: “*Quod erat demonstrandum*”.

Seria ingenuidade de nossa parte, se com isto quiséssemos preconizar uma teologia neutra, ou, quiçá, ecumênica. Não pode-

remos abstrair de nossos antecedentes doutrinários. Será até a nossa tarefa — e tarefa de mais alta relevância teológica — interpretar-mos de maneira concisa a confissão histórica que caracteriza a nossa igreja. Poderia ser precisamente esta a contribuição à ecumene que o Senhor da Igreja de nós espera. Mas tal interpretação não deve ser feita a custo da verdade e do amor, e não deve ser ditada por tendências sectárias. Não será apenas erro de método a tão costumeira caricaturização da doutrina de outras igrejas, inclusive a católica romana, nosso principal parceiro na diálogo teológico. As fontes de que se alimentam muitas polêmicas de alto ou baixo nível, são turvas e não condizem com a “graça e a verdade” do evangelho. Importa, pois, conhecermos as posições teológicas que diferem das nossas, sermos parceiros sérios no diálogo com representantes de outras opiniões, convencer-mos com argumentos válidos, e não nos impormos com conceitos apodícticos.

Fui impressionado pelas palavras de um professor de história eclesiástica, num seminário episcopal dos Estados Unidos. Disse êle em uma preleção que presenciei: “Não é minha intenção demonstrar-lhes que minha igreja está com a razão”. Julgo que aquêle colega foi um bom episcopal e um bom teólogo. Só o juízo final demonstrará, quanto o evangelho foi prejudicado pela “rabies theologica” — mais interessada na justificação das próprias opiniões do que na justificação do pecador pela graça. Teologia evangélica, mesmo quando levar a discussões e opiniões divergentes, deve ser iluminada por dentro pelo evangelho. Só assim ela fará jus à bela definição de Karl Barth, o qual afirma que “Teologia é uma ciência alegre”. (nada mais lógico, aliás. Por que a teologia da boa nova não deveria compartilhar do caráter alegre da mensagem que procura interpretar?).

O nosso tema é: “O objetivo da educação teológica”. Julgamos não ter deixado dúvidas de que a educação teológica não poderá ser nada mais além de uma iniciação no trabalho teológico supra definido e transcrito. Será iniciação e aprendizagem — não adestramento.

Não poderá ser feita às pressas, nem sob pressão. Requer tempo para pesquisar, aprender, refletir, meditar e discutir. Nenhum estudo profícuo poderá ser realizado sem a necessária *serenitas*. Com a conclusão do curso o estudante não será um teólogo “pronto”. Será, porém um iniciado, que aprendeu o segredo do estudo teológico independente e espontâneo. Representará uma teologia viva, capaz de crescer, de fertilizar constantemente o seu trabalho prático, de fornecer as diretrizes para suas decisões.

Bem no início fizemos alusão ao problema, de como o estudo teológico está relacionado com o preparo ao ministério. Julgamos que se devem distinguir ambas as coisas, se bem que obviamente não pensemos em sua separação total. Devemos levar em conta um período de “fermentação” nas mentes dos teólogos em formação (Thielicke: “teólogos em estado de mudança de voz”), onde os conceitos se modificam e as opiniões só lentamente se definem. Não julgamos ser benéfico nem para a Igreja, nem para

o estudante, quando este é levado prematuramente a desempenhar as funções do ministério, ou quando é sobrecarregado com serviço no campo prático. Ele poderá "parar de crescer", seus conceitos, ainda em formação, poderão solidificar-se, enquanto deveriam ainda permanecer maleáveis. Ademais julgamos que o treinamento para o ministério concreto será uma tarefa suplementar do trabalho teológico e não sua tarefa primordial. A própria teologia prática, sendo disciplina teológica, não poderá limitar-se a treinar ministros, no sentido de lhes transmitir experiências práticas — isto é, não será disciplina pragmática. A teologia prática será antes uma análise crítica da prática, que aponta enfermidades e indica terapias, partindo sempre do centro da mensagem cristã e nunca dos gabaritos pragmáticos, sociológicos, psicológicos e metodológicos. Julgamos ser benéfico, quando a dimensão prática se aproximar lentamente do estudante (a igreja à qual pertencemos adotou um período de dois anos de treinamento prático após o primeiro exame teológico. Nestes dois anos — ao menos teoricamente — o jovem candidato ao ministério deve ser preparado para as múltiplas tarefas e eventualidades do ministério prático por intermédio de um seminário catequético-homilético de meio ano de duração, sendo o resto do tempo destinado à aprendizagem prática na comunidade de um ministro experimentado. Infelizmente esta ordem não pode ser posta em prática na maioria dos casos por falta de obreiros).

Se temos defendido uma distinção de aducação teológica e preparo para a prática ministerial, de nenhum modo pensamos na possibilidade de preconizar uma teologia divorciada da prática eclesiástica. Uma teologia autosuficiente, com uma terminologia criada em torre de marfim, não será teologia cristã e não terá função na realidade eclesiástica, da qual não nos é permitido abstrair. Paulo, o apóstolo, arquitéologo da cristandade, foi um pregador do evangelho, que considerou sua tarefa primordial a edificação da comunidade de Cristo. Todos os grandes teólogos da história eclesiástica, inclusive os Reformadores, foram homens engajados com a Igreja. Muitas vezes este engajamento resultou em conflitos e contrariedades para os teólogos implicados, mas isto não poderá ser um argumento em favor do nosso comodismo, antes será uma incitação ao testemunho claro e inequívoco para o qual o teólogo é chamado tão bem como qualquer outro cristão.

Chegando ao fim de nossas reflexões, queremos ainda considerar um ponto que julgamos merecer a nossa especial atenção. É a questão de "teologia nativa". Infelizmente no campo teológico não é possível proceder do mesmo modo como na indústria automobilística onde se aumenta gradativa e metódicamente o índice de nacionalização de cada veículo fabricado. Se quiséssemos fechar as fronteiras para idéias e iniciativas teológicas provenientes da Europa e dos Estados Unidos, proclamando, ufanos, que afinal alcançamos a "independência teológica", isto poderia significar o canto de cisne de uma teologia nativa. Uma teologia autóctone será fruto sazonado, não peça produzida em linha de montagem. Ademais — teologia é sempre o produto de um intercâmbio que

atravessa as fronteiras eclesiásticas e políticas. Se, porém, ao ví-sarmos uma “teologia nativa”, tivermos em mente uma participação ativa neste intercâmbio (e verdade é que até agora temo-nos con-tentado em receber), então concordamos de todo o coração com aquêles que alvejam uma teologia “brasileira”. Se quisermos che-gar a um trabalho teológico intensivo, de qualquer maneira não será indicado que simplesmente transplantemos “escolas” e “cor-rentes” teológicas para o nosso meio. O problema não é só de aclimatização. Teologia, para ser nossa, deve estar marcada pelas cicatrizes provenientes da luta com a realidade espiritual em que vivemos. Isto ninguém poderá fazer em nosso lugar, esta tarefa não poderá ser resolvida nem em Princeton, nem em Heidelberg mas ela toca a nós, pessoalmente. Teologia não é só o que se tem, mas o que se pratica. Praticada entre nós, ela não deixará de criar matices próprios, de encontrar caminhos e respostas originais, con-dizentes com a realidade desta terra. Temos pouca literatura teo-lógica de categoria — mas temos a Escritura (até nos originais hebraico e grego...), temos o legado da Reforma, a justificação pela fé, temos as diversas igrejas evangélicas como parceiros no diálogo teológico que dia a dia deverá tornar-se mais intensivo. E temos a realidade dêste país — “a maior nação católica” — e simultaneamente o país cristão mais dominado pelo sincretismo religioso, pela superstição, pela pseudo-religião. Os anglo-saxões chamariam a nossa situação “a challenge” — um desafio. Se o Brasil contemporâneo não representa um convite para a teologia evangélica no sentido de engajar-se na luta espiritual pela alma de nosso povo — então seremos surdos ou cegos — ou ambas as cousas.

E a tarefa da educação teológica? Repetimos a nossa tese inicial: Formar teólogos. Teólogos que partiquem sua teologia no ministério, no magistério na direção e edificação de comunidades, no convívio com crentes e descrentes.